



A BATALHA

As classes trabalhadoras começam a despertar para a luta contra a carestia da vida

E' preciso que o movimento de protesto iniciado no Pôrto contra os manejos dos assambarcadores tenha repercussão em todo o país. Todos os organismos operários devem interessar-se pelo magno problema, promovendo sessões e comícios e chamando ao seu seio todo o povo trabalhador para que, bem organizado, possa defender-se da exploração capitalista.

READQUIRINDO O ANTIGO VIGOR

Dissemos que não é apenas em Lisboa que o proletariado começa a interessar-se pela sua organização sindical. No Pôrto, também a classe trabalhadora renasce para a luta. Citámos até, como exemplo desse renascimento, a preparação que a mocidade operária daquela cidade está fazendo da II Conferência Juvenil. Mas não é apenas por esse facto que se nota o ardor, o entusiasmo com que os militantes operários se lançaram ao trabalho. Há mais, com júbilo o constatamos.

A Câmara Sindical do Trabalho do Pôrto, compreendendo a gravidade da hora que passa, lançou-se num movimento, simpático a toda a população, contra a carestia da vida e contra os comerciantes gananciosos.

Esse movimento, que merece ser seguido e imitado pelos organismos operários de todo o país, é um esplêndido sítonto de vitalidade, é a semente que deve medrar e florir numa ação conjunta de todo o povo trabalhador contra a exploração de que está sendo vítima.

Incitamos a Câmara Sindical a que prossiga na sua benéfica ação, que não desanime nem deixe falecer as forças que ora surgem para erguer bem alto o prestígio da Organização.

Ontem, promovidas pela aludida Câmara deveriam ter-se realizado duas importantes sessões de protesto contra a carestia, uma na sua sede e outra na do Sindicato Único do Vestuário.

Representam estas sessões um belo esforço que o povo trabalhador do resto do país não deve deixar isolado. Impõe-se, ou melhor, impõem-no as circunstâncias, que sessões idênticas se realizem por toda a parte para que os exploradores saibam que o povo não está disposto a deixar-se roubar, sem fazer ouvir bem alto e bem vibrante o seu círculo de protestos.

Sem querermos imiscuir-nos nos trabalhos internos da Câmara Sindical do Pôrto, que tão boa-vontade de acertar demonstra, permitimo-nos lembrar que não seria de má tática, na sessões contra a carestia da vida, ventilar-se o problema da crise de trabalho que lhe está intimamente ligado e que o conselho da Câmara efectivasse e tentasse materializar, pela reclamação constante e inteligente, estudos sobre a maneira de resolvê-lo.

O proletariado, como se vê, começa a erguer-se do seu marasmo. E' preciso agora acordar os retardatários apontando-lhes exemplos dignificantes, como o da Câmara Sindical do Pôrto.

Notas & Comentários

Aniversário de "O Mundo"

Passou ontem o 23.º aniversário do jornal "O Mundo". Embora nos separem os principios que defendemos, não deixamos de nos regozijar com o facto felicitando-o. Nesta hora amarga em que a imprensa, agravada uma crise esmagadora, tão perseguida é moral e materialmente um 23.º aniversário de um jornal é um facto que nos enche de regozijo.

Uma canibalhice

Bartolomeu Severino que, de rabiseador sem gramática em Lisboa, passou a grande senhor e esteio de Azevedo Contínuo em Lourenço Marques, ordenou ao director dos Correios daquela cidade que não entregasse as destinatárias a correspondência para ali enviada pelo C. G. T. e pela Batalha. E a pesar daquela ordem não ser acatada, por contraria, a lei, até 16 de Agosto último a correspondência não foi entregue.

Uma saudação

A última assemblea geral da Liga Pró-Moral, instituição de proteção à criança, votou por aclamação uma das conclusões do relatório da gerência que terminou o seu mandato, na qual era proposto um voto de louvor e agradecimento ao jornal A Batalha pelo admirável auxílio que a Liga Pró-Moral tem prestado. Registamos a saudação com muito agrado.

A CARESTIA DA VIDA

O proletariado não está disposto a que a classe capitalista realize negociações à custa da sua miséria

O povo trabalhador, que luta com a fome, quer trabalho e está disposto a combater a especulação dos gananciosos

Os horrores da miséria e da fome estão fazendo vítimas por todo o país. O frio, as chuvas e todas as torturas do inverno aproximam-se a passos gigantescos e acabarão por dizeram os famintos que lutam, em vão, com a falta de trabalho.

Nesses lares sem pão e sem conforto, transformam-se lentamente os trabalhadores em raquíticos ou em criminosos, que a sociedade burguesa prepara cincicamente, negando-lhes o trabalho com que hão-de sustentar-se e os seus entes queridos.

Neste momento em que o quadro da miséria e da fome é já sinistro, o nojento acâmbador vibra o golpe-hediondo do aumento do prego da vida, não se lembrando que, roubando o consumidor, as suas próprias mãos, cortam, talham, pouco a pouco, a mortálha que há de envolver seus crimes repugnantes.

As classes trabalhadoras começam a reagir, defendendo-se do assalto que os poderosos estão fazendo aos seus magros salários. A Batalha, sempre no seu posto, desperta os trabalhadores para que se unam solidariamente e se aprestem para o combate. Proclama a luta sem tréguas aos parasitas sem moral, ao negociante sem escrúpulos, ao acâmbador nojento, à finança vil. Nunca a classe capitalista se mostrou tão odiosa e cruel como nestes últimos tempos. Desceu a mais baixa degradação.

A essa degradação que os factos constantemente denunciam e demonstram, urge opor uma luta só, um combate leal e franco que, pela sua energia e pela lisura de processos, prove que as classes trabalhadoras, não usando dos meios desonestos da burguesia, sabe defender-se e combater por uma causa superior e justa.

Enquanto o capitalismo usa a fraude e o roubo, o proletariado usa a força da sua solidariedade e da razão lhe assiste. Deixá-los, a elos só, atascaram-se na lama.

Eles duplicaram as notas de todas as chapas e séries e os homens que gozam o privilégio de fazer emissões, que não aplicaram ao menos em obras de utilidade pública, ainda por cima cometem o crime de auxiliar e proteger o assâmbador, em nome do Banco que o Estado manteve à nossa custa. As toneladas de papel moeda, postas em circulação secretamente ou legalmente, longe de irem beneficiar o povo trabalhador, fomentando trabalho e riqueza, foram beneficiar apenas os Inocentes e afilhados. E o proletariado que sofre, como se está vendo, a consequência dessas

negociações que à sombra do crédito do Estado esses cavalheiros sem escrúpulos veem fazendo, prejudicando o povo humilde que curte miséria e não tem trabalho.

Declara o actual governo que não quer que o luxo dos mandões desse pão vele o escravo que moureja, dia a dia, o negro pão, com que engana a fome. Dificilmente realizará esse desejo se deixar envolver pela manobra de «fôrças vivas» e de financiadores que hábilmente pretendem envolver-no nos seus crimes.

A teia que a classe capitalista vem tecendo em torno do governo, em nome de uns supostos interesses da nação, que são os interesses inconfessáveis deles apenas, é espessa e enganosa. Financeiros arruinados, industriais fávidos, comerciantes sem cotânea, ávidos de dinheiro pretendem obter, em nome da economia nacional, dinheiro que a elos só aproveite. Os Inocentes não terão o menor escrúpulo em fabricá-lo, porque é o seu ofício. Mas o povo trabalhador continuará sem trabalho e sem pão, porque o dinheiro, que seria útil aplicado criteriosamente em obras de utilidade pública, depressa desaparecerá nos cofres dos Inocentes, dos assâmbadores, dos patrões da ruas dos Capelistas.

Não somos contrários ao aumento de circulação do papel moeda desde que este se transforme em riqueza económica pela ação do trabalho. Somos contrários, sim, às negociações ignóbeis de emissões clandestinas e outras fantochadas que conduziram os povo

trabalhadores à beira do abismo.

As indústrias precisam ser auxiliadas, é certo, para que medrem, para que se desenvolvam, para que haja trabalho, para que cesse a fome nos lares. Mas os industriais fávidos, os financeiros provadamente desonestos, os comerciantes que nos roubam no prego dos gêneros, estabelecendo a miséria e a fome, esses, longe de serem auxiliados, devem ser mantidos em respeito.

Vamos para a realização dum grande obra de fomento nacional? Os operários assim o querem, porque desejam viver do trabalho honrado e porque aspiram ao progresso da colectividade. O que elos não querem, porém, é que à sombra dessa obra e à custa do seu suor e da sua miséria, medrem parasitas, se façam negociações de notícias legal ou ilegalmente falsas — porque essas negociações é sempre o povo quem as paga.

Para defender-se da exploração deve o proletariado confiar mais nas suas forças

do que nas alheias. Aperfeiçoar os seus organismos de classe, educar-se na crítica inflexível a todos os poderes da sociedade burguesa e preparar-se moralmente para a constituição dumha sociedade melhor, regida pelos princípios de equidade do sindicalismo — única maneira de acabar com negociações e com explorações tão ignóbeis que enganham a própria humanidade.

O atrevimento dos exploradores em Cascais

CASCAIS, 16. — Causou excelente impressão a local que A Batalha, ontem, publicou, referente a esta vila. A especulação com os preços dos gêneros torna-se desenfreada, não se procurando já justificar o lucro exagerado, pois se rouba sem a menor subtileza. A comissão administrativa do município procura combater a especulação com as suas medidas, porém, os gananciosos, principalmente no comércio do peixe, redobram de audácia, chegando a fazerem um lucro de cem por cento.

Na próxima semana será novamente eleito o preço da carne quarenta centavos por quilograma. O comerciante graduado e eterno, Joaquim Borges, de acordo com os seus colegas, todos formando uma companhia de exploradores, aumenta a sua conveniência o preço da carne. Na última reunião do município houve muito ruído contra o prego da carne, tendo o «fôrça-viva» abatido «generosamente» dois escudos por arroba. E são estes os homens de dignidade social... (C.)

Em Tavira a miséria é avassaladora

SANTA CATARINA, TAVIRA, 14. — Na verdade, não se comprehende, dada a estabilidade do câmbio, como estejam a subir, duma forma assustadora, os gêneros, mais indispensáveis à nossa alimentação. Nesta pequena localidade é confrangedor o quadro. Exceptuando o comércio, e umas duas ou três dezenas de lavradores que vivem desafogadamente, os outros habitantes vivem exclusivamente do produto do seu trabalho. Uma parte desta massa trabalhadora costuma empregar-se nos telheiros (única indústria da região que está também actualmente sofrendo uma grande crise); a outra dedica a sua actividade aos trabalhos agrícolas. Nos outros anos, quando volta-

vam das ceifas do Alentejo e Espanha, (pois é costume, para melhor equilibrarem a sua vida iram às ceifas onde ganham mais uns avultados escudos), encontravam facilmente trabalho. E este ano? Vai já para dois meses depois que regressam, que alguns não ganham um centavo. E o que será o inverno? Um horror.

Prevê-se que a fome com todo o seu cortefício trágico assentará arraia no tugúrio humilde do pobre trabalhador.

Para fugirem, porém, de remissa estas considerações que nós poderíamos facilmente alongar até ao infinito e voltarmos a estuprificante sindicância à polícia e prossigamos respingando as acusações que nela foram formuladas contra vários funcionários policiais — acusações caluniosas já se vê!

Comecemos por esta calunia erguida cavigosamente contra o agente Júlio Marques de Sousa:

Encontrando um indivíduo de nome António Dias, acompanhado de mais dois, levando um saco, como se lhe tornasse suspeito, ele e o guarda Ferreira inquiriram o que levavam no saco, apurando serem 178 tesouros furtados no pôrto de Lisboa, sendo então aqueles intimados a acompanharem à esquadra da Mouraria, onde as tesouros foram contadas, verificando-se serem 170 e 178. Saldos da esquadra, levando estes últimos tesouros no saco já referido e em outro que o António Dias levava na algebrina, ao chegar à Praça da Figueira, foram mandados embora, sendo as tesouros divididas pelos dois, que delas se apropriaram, resituindo-as mais tarde e depois de instaurado processo disciplinar, mas sómente no número de vinte e seis cada um, chegando o guarda Ferreira a vendê-las a 2500, indo depois pedir-las ao comprador que lhas restituíu sem exigir dinheiro.

Passamos a referir as acusações formuladas contra o agente António Teixeira:

Ter cumprido a ordem ilegal do director dr. Alfredo Teixeira de Azevedo, ordem a que não devia obediência, apreendendo um automóvel na Metalúrgica e prendendo José Augusto da Cruz e João Maria Ferreira, sócios da fábrica.

Ter apanhado, de colaboração com o agente António Pereira, 150\$00 ao ferrovelho Gregório José Lourenço, depois de uma busca e da apreensão de sacata, uma porção de lenha e uma porção de carvão; e de haver ameaçado este Gregório de o prender, chegando o agente António Pereira a dar-lhe ordem de prisão, da qual desistiu, bem como da apreensão, logo que o referido ferrovelho se prontificou a gratificar, se combinou a gratificação e esta foi recebida pelos dois agentes.

O agente Amado tem a sua «inocência» agravada e ofendida por esta concretas afirmações:

É um furto de vários objectos de ouro, haver pedido ao receptor, como que lhe devia tocar, um cordão de ouro.

Haver por ordem do chefe Francisco Xavier, ordem a que não devia obediência por ser ilegal, falar ao agente Ferreira da Silva, prometendo-lhe 200\$00, para ele conduzir uma investigação da casa de jogo da rua do Socorro, pertencente a um tal José Bode, por forma a que os arguidos fossem postos em liberdade.

Ter apanhado, de colaboração com o agente António Pereira, 150\$00 ao ferrovelho Gregório José Lourenço, depois de uma busca e da apreensão de sacata, uma porção de lenha e uma porção de carvão; e de haver ameaçado este Gregório de o prender, chegando o agente António Pereira a dar-lhe ordem de prisão, da qual desistiu, bem como da apreensão, logo que o referido ferrovelho se prontificou a gratificar, se combinou a gratificação e esta foi recebida pelos dois agentes.

O agente Amado tem a sua «inocência» agravada e ofendida por esta concretas afirmações:

É um furto de vários objectos de ouro, haver pedido ao receptor, como que lhe devia tocar, um cordão de ouro.

Haver por ordem do chefe Francisco Xavier, ordem a que não devia obediência por ser ilegal, falar ao agente Ferreira da Silva, prometendo-lhe 200\$00, para ele conduzir uma investigação da casa de jogo da rua do Socorro, pertencente a um tal José Bode, por forma a que os arguidos fossem postos em liberdade.

Em virtude de uma queixa foi com os agentes Rosa e Moraes procurar os vigaristas que encontraram, não os detendo em consequência de haverem recebido deles 500\$00 cada um.

Haver tentado, de colaboração com o agente Artur Martins, apanhar a António Crisostomo Braz e Silva a quantia de 1.200\$00 sob a promessa de o pôr em liberdade.

Amado, se os leitores se não enjoam, voltaremos a referir a inocência de alguns agentes...

Novo quartel de bombeiros

Tendo sido recentemente rescindido o contrato de arrendamento do edifício onde se achava instalado o quartel n.º 9, na estrada de Marvila, foi deliberado, por proposta do vogal sr. Mardel Ferreira que seja contratado o arrendamento pela quantia de 1.200\$00 mensais da propriedade do sr. Ernesto de Almeida, na rua Capitão Leitão, n.º 60, e tomada imediata para a instalação do referido quartel.

partir, às 5,30, para a sua viagem New York-Paris. (H.)

E desiste súbitamente

NOVA YORK, 16. — O aviador Fonck, por motivos ainda não conhecidos, resolveu adiar a partida para o «raid» Nova York-Paris.

Os mistérios do mar

Um navio desaparecido

NOVA YORK, 16. — Há uma certa inquietação sobre a tripulação, composta de 35 homens, do vapor inglês «Loyalty», cujo naufrágio na costa de Bermudas se anunciou ontem. O navio cisterna holandês «Denhaag», que entrou largo, em resposta aos pedidos de socorro, apenas encontrou uma pequena canoa voltada temendo-se que tenha acontecido o mesmo a todas as outras de que dispunha o navio naufragado. (H.)

O aviador Fonck parte...

NOVA YORK, 16. — A 2,30 da madrugada, o aviador francês Fonck resolveu

UMA DESUMANIDADE

Os presos por questões sociais estão sujeitos a um rigor especial

Recebemos a seguinte carta que passamos a reproduzir:

Camarada redactor. — O que ultimamente se tem passado com os presos sociais, daí assuntos para longas crónicas, se não vivêssemos em regime de censura.

Os presos sociais, vêm há muito, vivendo no cárcere um regime de exceção que nada justifica, visto que só agora são considerados «perigosos», porquanto outras vezes têm direitos iguais aos outros presos, sem que de tal tenha resultado os «terríveis cataclismos» que a mentalidade dos mandados da ordem agora antevê a tão grande distância. E a exceção aos presos sociais tem atingido até os próprios doentes que necessitam tratamento urgente devido ao seu precário estado de saúde. Um preso social, por grave que seja o seu estado, encontra inúmeras dificuldades para ser tratado convenientemente, porque, segundo a resposta dos médicos e do director das casas, nós estamos numa «situação especial».

E por isso eu, que me encontro atacado dum grave enfermidade constatada pelos próprios médicos, queri-lhe já tempo para ser submetido a uma junta médica que atestasse o meu estado, a fim de me tratar como a doença requer.

Pois a-pesar de ter solicitado insistentemente a informação do médico desta enfermaria, para tal fim, ele tem-me respondido que só fará depois de minha espectação ter sido submetida a uma análise, o que ainda se não faz porque tendo sido requisitados os respectivos tubos há mais de um mês, ainda não apareceram.

E eu, como qualquer doente no meu estado e na minha situação, tenho de sofrer eternamente o desleixo de uns e o capricho de outros, e terei, como o António José de Almeida, que foi há pouco transferido para a enfermaria da Penitenciária, de chegar ao último estado como él chegou.

O meu estado grave não oferece dúvida. E contudo não pretendo já que me mandem para um hospital como seria lógico e humano, mas tão somente que me dêm as providências que legalmente requeiro, e que me mandem para a enfermaria da Penitenciária, onde os doentes têm ao menos uma dieta suficiente para os alimentar, em harmonia com as exigências do seu tratamento, e um pouco mais de cuidado pelo seu estado, não se dando de certo, tão frequentemente como nas Casas Civis, a falta de medicamentos.

E também, na Penitenciária, não haverá um director que ouse duvidar da sinceridade dos atestados clínicos, duvidando também do estado dos doentes, metendo-se em atribuições dos médicos, como já aqui tem sucedido com o director deste forte.

Parece-me que o sr. ministro da Justiça não prestigia a lei e as instituições, com injustificáveis dificuldades criadas aos presos doentes que têm sobre si uma fantástica acusação. Ao menos que se respeitem os mais rudimentares preceitos de humanidade. — José Abrantes Castanheira, preso social na enfermaria do Forte de Moniz.

Um livro interessante

Acaba de ser posto à venda uma bela obra de RICARDO MELLA,

IDEARIO, que consta dum volume de 336 páginas dividido nos seguintes capítulos:

Doctrina — Crítica Social — Educação, Literatura — Tácticas — Evolução, e. P. — Poder — Poder — Autoridade — Ensaio Filosófico-Literário — Ideias Ieroniastas — Moral

Temas sociológicos — Pedagogia — Vida Espiritual — Homens Representativos — Trabalhos Polémicos — Leituras — Fragmento Inedito.

Preço 15\$00 — Pelo correio 16\$50

Pedidos à Administração da

A BATALHA

Prevenção aos compositores tipográficos

A direcção da Associação dos Compositores Tipográficos previne todos os componentes conscientes da sua classe, de que não devem aceitar trabalho no «Correio da Manhã» enquanto o conflito ali existente não for solucionado.

Um brasileiro desnaturalizado pelo próprio cônsul

Sentindo-se exausto de recursos, o brasileiro Amaro José Marques Pereira acolheu-se à protecção do seu cônsul para obter o repatriamento. O cônsul exigiu-lhe a certidão de nascimento para que a sua identidade ficasse idoneamente reconhecida. O Amaro não teve possibilidade de obter a certidão e, abandonado pelo seu cônsul, deitou-se a pedir esmola.

Duas vezes foi preso, e numa dessas vezes cegou, ficando assim diminuída as suas faculdades de angariar subsistência. Em meio da sua acentuada vida, uma família brasileira conseguiu obter do Rio de Janeiro a certidão exigida.

O infeliz Amaro apressou-se até ao consulado do seu país e apresentou o documento antegosando o regresso à sua terra. Porém, o cônsul não quis aceitar a certidão, invocando uma desnecessária formalidade burocrática e, para que o infeliz se não queixasse de dificuldades, deu-lhe vinte e cinco tostões, quantia esta que toda a gente sabe não ser suficiente para as passagens...

Luís Pereira

A direcção do Sindicato dos Pintores de Construção Naval e Anexos participa a todos os camaradas e amigos, que o querem visitar, que Luís Pereira se encontra enfermo no hospital de São José, enfermaria de São Sebastião, cama n.º 21.

Um caso revoltante

Num hospital do Porto foi recusado o internamento de um operário afastado de tétano.

Os jornais do Porto referiram-se há dias a um caso ocorrido no hospital de Joaquim Urbano que revela uma grande desumanidade.

Destaca-se nas suas referências o *Jornal de Notícias*, dando à estampa uma carta do distinto clínico daquela cidade dr. Camilo de Figueiredo.

Por serem muito graves as acusações daquele médico vamos transcrever parte da sua missiva:

«Fui chamado hoje cerca das 7 da tarde para tratar um doente atacado de tétano, um operário pedreiro andrajoso que a custa dos seus miseráveis honorários vai arrastando a existência.

Como vi que era necessário e absolutamente urgente a administração de soro anti-tétano e em virtude de existir um Hospital de Joaquim Urbano exclusivamente destinado ao internamento e tratamento de molestias cujo carácter seja infecioso, telefonei para a esquadra de Campanhã, Bombeiros Voluntários e Voluntários Portuenses, procurando, debalde, conseguir um meio de transporte, pois que o estado do padecente não lhe permitiu fazer o trajeto da Farmácia Rebôlo, onde se encontrava, até ao hospital Joaquim Urbano.

Convém ilidá-lo de que fui informado que o Hospital da Misericórdia não recebia doentes desta natureza.

Fretei portanto, sob a minha responsabilidade, um automóvel que o conduziu até lá, e, a-pesar da minha insistência junto do sr. director desse hospital, não consegui que o doente fosse internado visto exigirem que um simples operário sem recursos de espécie alguma, que dorme num palheiro e que por consequência está absolutamente desprovido dos cuidados que a sua doença requer, fosse internado num quarto particular.

Isto quase se julga inacreditável pela sombra de desumanidade que representava, pela ausência absoluta de sentimentos de mutualidade que define.

Nestas circunstâncias mandei comprar quatro ampolas de soro anti-tétano porque me repugnava a ideia de contribuir para a morte de um desventurado não fazendo todos os sacrifícios em seu favor.

Fiz-lhe as injeções sem saber se, pelo menos, seria indemnizado das quantias pendidas.

Lamento atitudes de verdadeira negligência em face de casos semelhantes e a falta de recursos hospitalares na segunda cidade do país.

Na verdade semelhante negligência é revoltante. Se não houvesse da parte do dr. Camilo de Figueiredo aquela atenção necessária, o pobre operário a esta hora seria já cadáver porque lhe faltaria a assistência médica.

E também, na Penitenciária, não haverá um director que ouse duvidar da sinceridade dos atestados clínicos, duvidando também do estado dos doentes, metendo-se em atribuições dos médicos, como já aqui tem sucedido com o director deste forte.

Parece-me que o sr. ministro da Justiça não prestigia a lei e as instituições, com injustificáveis dificuldades criadas aos presos doentes que têm sobre si uma fantástica acusação. Ao menos que se respeitem os mais rudimentares preceitos de humanidade. — José Abrantes Castanheira, preso social na enfermaria do Forte de Moniz.

Uma desditosa mulher vítima da fúria ancestral de um agente de polícia

Augusta de Almeida é uma senhora já muito idosa, quase inválida, ainda que vivendo dificultosamente do seu trabalho. Na casa em que se encontra hospedada, uma criada apoderou-se indevidamente de uma pequena caixa vidrada contendo algumas joias de valor. A pobre senhora, vendendo-se despojada da sua modesta fortuna, julgou que o melhor recurso era interessar a polícia.

Fez queixa, que não seguiu os seus trâmites porque o dono da casa, temendo escândalo de vulto, usou da sua influência no governo civil para abafar o caso.

A desditosa Augusta de Almeida queria naturalmente reaver as suas joias. Dirigiu-se anteontem ao governo civil e procurou o agente que devia investigar, e cujo nome ignora. Ao pedido de informações retrucou o agente bruscamente, recusando-se, por fim, a esclarecer a pobre senhora.

Augusta de Almeida protestou contra o que entendia por venalidade e o agente respondeu com baixos insultos, em pleno âmbito do governo civil, derrubando-a depois. Estendida velhota, o agente atirou-se a ela, arrastando-a violentamente e agredindo-a com tais requeres de ferocidade que ela soltou gritos lancinantes, obrigando à intervenção de outros agentes da investigação.

Não refeito da sua fúria de primitivo, o agente quis prender a velhota. Esta, contudo, levada ao exaspero, mostrou aos assistentes os seus braços e as suas pernas quase cobertas de equimoses, clamando que tinha fortes dores no corpo e que queria participar contra o agressor.

D. Augusta de Almeida não chegou a ser presa e o agente não teve a participação; contudo, a desditosa senhora não viu mais as suas joias.

Ausência de cadáveres

A Câmara Municipal resolveu que para as obras de conservação dos jazigos seja criado um fundo especial chamado «Fundo de conservação de jazigos abandonados», por uma taxa suplementar de 5%, lançada sobre todas as taxas relativas a jazigos. Relouva também que em cada cemiterio haja um registo de jazigos considerados abandonados, figurando nesse registo a sua época de construção, nome do primitivo e sucessivos proprietários, número de ordem, indicações dos cadáveres nêles enterrados, etc. e terá uma casa onde será nomeada a importância feita pela Câmara com a sua conservação e designação S. M. L. inscrita nêles será substituída por um número a tinta de óleo, número este que figurará no respectivo registo.

TEATRO SALAO FOZ

Matinée às 3 h. — Soirée às 9,15 h.

ESTREIA da grande notabilidade

RODRIK

O homem que brinca com a electricidade

FABIOLA

Formosa couplesta-ballerina

DIAMARA

Monólogo e ópera-cançãoística

Teatro — FERD. DR. R. B. 1916, 8 p.

PREÇOS ULTRA POPULARES

Superior, 280; Plat. 150; Baléio, 50;

Camarotes, 150; Frizes, 100;

Convites, 100 e 40.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais.

Reflexo — 100.

Caixa

A BATALHA

E' preciso secundar o movimento de protesto iniciado no Porto contra a carestia da vida

O caos em que se encontram os Caminhos de Ferro de Lourenço Marques descrito por um jornal daquela cidade

O Jornal do Comércio de Lourenço Marques, gazeta insuspeita, publicou um artigo que é à confirmação plena da campanha que A Batalha sustenta há meses, o qual nos permitimos transcrever:

«Quem se tire dos seus cuidados e siga o caminho da nossa bela ponte-cais, para apreciar o seu movimento e compará-lo a outras épocas, vê de lá desolado completamente deslindido e tem, por força, embora não queira, de lamentar a inépicio de uma ruinosa administração, actualmente bem visível. O movimento do porto está quase paralizado!»

A prolongação da greve ferroviária, sem cuidar dos interesses vitais da colónia e muito principalmente do nosso lindo porto, está agora surtindo todos os seus perniciosos efeitos constatados pela falta de navegação, cujos barcos vão despejando os seus portões repletos de carga nos portos da União, carga essa que em trânsito se destinava ao nosso porto!»

A agravar a precária situação do Porto, por consequência, as receitas dos C. F. L. M., faz-se sentir a carência de material circulante que, por essas linhas das estações de Lourenço Marques, abunda em quantidade considerável esperando pela vez para receber a conveniente reparação, por estar avariado, vez que não chega, porque o pessoal operário existente é insuficiente para concertar o material que dia a dia se vai avariando.

Como a atestar a ruinosa administração dos C. F. L. M. e, portanto, a propagação do nosso descrédito, é já do conhecimento público que o vapor "City of Batavia", depois de muitos dias de espera no estuário para conseguir atulhar os seus portões de carvão, teve de retirar como entrou; sem o precioso combustível, como já antes sugeriu ao "Monarch" e depois ao "Perla", conseguindo este apenas meter carvão nas "punchers" para se alimentar até ao primeiro porto estrangeiro.

Perdeu-se, por consequência, um tráfego de cerca de 20.000 toneladas de carvão que deveria ter embarcado nesses navios, mas "ganhou-se" em má fama, sem que vejamos tomar-se a responsabilidade a quem ela toca.

A inéptia ordinária para cem vagões de ferro portugueses transitarem apenas até Witbank destinados ao tráfego de carvão entre Lourenço Marques e aquela região mineira, dá como resultado seguirem sempre os vagões vazios, por não haver tráfego de mercadorias suficiente para as estações intermediárias daquele trajecto, causando sérios prejuízos às receitas dos C. F. L. M. por ser notório, mesmo aos leigos em matéria ferroviária, a falta de aproveitamento do material, ressentindo-se também das dificuldades de carregamento por não poderem ser aplicados ao tráfego de mercadorias destinadas além de Witbank, evidentemente por não os haver disponíveis. Por seu lado a administração dos S. A. R. porque realmente tenha carência de material ou ainda porque não possa atender à sua grande rede não manda necessário para que a nossa administração mantenha o movimento normal do tráfego de carvão, como anteriormente à desastrosa greve de 1925-1926.

A verdade é que estacionam nas linhas das estações de Lourenço Marques mais de 600 vagões avariados, os quais não podem ser reparados, como acima dissemos, por absoluta falta de pessoal, conquanto ainda, por teimosia, se recuse a admissão no serviço utilíssima nas oficinas dos C. F. L. M.

Este caos resultante da excessiva diminuição de vagões é agravado com o sudário das locomotivas. De cerca de 45 máquinas que os C. F. L. M. devem contar no seu inventário, apenas 8 estão em estado de utilização para rebocar comboios. Essas máquinas têm os n.º 200-201-401-403-404-22-24 e 38.

Para os comboios-carreiros são aproveitadas as n.º 302 e 304 consideradas, por muito favor, em estado regular. A "Malete", n.º 101, saída há pouco da reparação, lá vai cumprindo o serviço, mas com inaudito esforço; a 35, a pesar de reputada em mau estado, continua rebocar comboios, até um dia ficar encravada na linha e com risco do pessoal que a tripula. A 205, que pertencia a uma das bocas de material, foi destinada às manobras em Ressano, Garcia por se ter inutilizado para o serviço de comboios. As n.º 6-10-14-25-26-28-36 e 37 foram desviadas para os serviços de manobras, por já não darem coisa alguma em grandes trajectos.

As máquinas n.º 29-34-203-204-206-207-301-305 e 402, como vintenas inocentes da greve, estavam e queimadas pelo pessoal que delas tomou posse durante essa ocasião, esperam em "bicha" nas linhas do Depósito de Máquinas, e as restantes nas oficinas, a su vez para receberem reparação!

Em presença desse estado caótico que desacredita sobremaneira o nosso porto, afugentando a navegação, só por si seria razão bastante para demitir o principal responsável; mas ainda se pretende invocar como pretexto o tanto decantado prestígio de autoridade para conservar à frente da administração dos C. F. L. M. quem já deu demasiadas provas de inabilidade, pelo que seria de imensa utilidade para a colónia deixá-lo, quanto antes, seguir o caminho de Lisboa para não mais voltar, a fim de não arrazar o resto que ainda existe.

Não pode ser. Indignamente protestamos contra tal estado de coisas. Basta de ludibriar o público, como proficiamente o demonstrou o sr. comandante Augusto Cardoso no seu magistral e sensato artigo em "A Província de Moçambique", a propósito das apropredações económicas da direcção dos C. F. L. M. O governo tem de exigir responsabilidades.

Aos escândalos do Conselho de Câmbios vamos amarrar a administração dos C. F. L. M.

Afiançam-nos que as linhas de Xianavane e Marracuene estão em estado deplorável; o material circulante dessa última linha é simplesmente indecente e impróprio dum aí dada.

O recente orçamento feito com intuições de lançar poeira nos olhos do governo, porque ao público já não engana, é uma ficção. De onde sai o dinheiro para pagar

ORGANIZAÇÃO FERROVIÁRIA

O Conselho Federal deve resolver sobre a conveniência das Conferências Inter-sindicais de Rede

Posta a questão da conveniência imediata das conferências inter-sindicais ferroviárias do pessoal das várias redes do país, no meu artigo anterior, o momento é azado para se iniciar um trabalho útil e fecundo, que revigore compretemente toda a organização sindical ferroviária. Amanhã reunido o Conselho Federal da Federação Ferroviária e é dessa assembleia que pode partir o *Plan* a que me referi, para que tenham realidade as conferências inter-sindicais de rede. Sejam os delegados do S. M. D. ou os da B. A. ou mesmo os componentes da comissão executiva, os que ponham a questão, o essencial é que o Conselho Federal a considere, a estudar e a pôr em andamento. Consideremos a realização dessas conferências um caso de vida ou de morte para a organização ferroviária em Portugal. Por isso insistimos no nosso ponto de vista, que não sendo meramente doutrinário, tem consistência suficiente para desfazer os quês divergentes que surjam.

Sabemos que tal ponto de vista para ser atingido, ou melhor, realizado, exige uma soma grande de trabalho e de energias. Mas também sabemos, que todo o esforço que para manter o amorismo em que a Federação vive, por falta de actividade dos Sindicatos que a compõem, pode ser aproveitado canalizando sentido exposto. Muito conviamente acreditamos que o Conselho Federal encare o assunto e sobre qualquer trabalho elaborado pela comissão executiva delibere.

Contudo tememos que se leve para o Congresso Nacional de Saúde. Não obstante, a Delegação de Coimbra não pensou

até agora em delinear qualquer trabalho para se presente ao Congresso, ou sequer, tomar quaisquer disposições preliminares, em fim, preparar-se para participar nesse grande acontecimento, que a todos nós, os que trabalhamos nos serviços hospitalares, deve merecer especial interesse. Está-se mesmo a ver que a Delegação de Coimbra, este ano, nem sequer os seus representantes lá enviará, nem ao menos a título de diversão...

Talvez que se se tratasse de um aniversário da Central, em vez dum fôssem dois ou três delegados, ainda que para isso fôssem o seu delegado da Caixa Económica e o seu delegado da Caixa de G. T.

E' vergonhoso, supinamente vergonhoso para uma colectividade, verificar que ela mantém à frente dos seus destinos criaturas cujo tino administrativo sómente se demonstra por um acumulação de verbas em depósito, donde apenas são desviadas as importâncias para as despesas a fazer com inutilidades, enquanto a Delegação persiste numa situação de dependência, sendo ainda hoje todo o mobiliário que na sua sede existe pertença da União Artística Combricense.

Se de hoje para amanhã a União Artística desalojar da pequena e quase imprópria sala a Delegação, ficará esta reduzida a uns tócos bancos que mais parecem dum antigo refeitório que duma sala de reuniões dum classe que devia sentir vergonha de chegar a este estado indigno.

A Delegação de Coimbra não mandará representação ao Congresso. Mais, ainda que o acaso o permitisse, estamos certos de que essa representação não passaria de conformidade com as mesmas, o delegado dos alfaiates, em nome do seu sindicato, congratular-se com a atitude dos arsenais de marinha a qual é registada com parágrafos de louvor para a mesma classe.

Roque, dos Operários do Municipio, declara estar em desacordo com os dois outros delegados do mesmo sindicato e por isso não votou a favor da União Artística.

Rodrigues, dos Empregados do Comércio, fala largamente sobre o parecer da Comissão Instaladora, demonstrando os pontos de vista do seu sindicato. Segue-se o relator, que com abundantes argumentos defende acolheramente o parecer de que é autor.

En seguida é o parecer votado por unanimidade na generalidade. O secretário geral propõe para que na especialidade cada orador use da palavra sobre cada capítulo apenas dez minutos e cinco da segunda vez, exceptuando o relator. Foi aprovado.

E' lido o capítulo "Organização", tendo o delegado dos metalúrgicos proposto que se discutisse também o capítulo "Unidade Sindical" por ter matéria que considera também de organização. O relator responde que os dois capítulos são absolutamente diferentes pois enquanto no capítulo "Organização" se defende que devem entrar para a organização os sindicatos que, por razões alheias à questão de tendência se desviaram dela enquanto que o congresso tem por fim uma unidade sindical com todos os sindicatos de Lisboa. Posta a votação a fusão dos dois capítulos é rejeitado por sete, aprovado por dois, sendo nulos três votos. As conclusões 1.º e 2.º do capítulo "Organização" são aprovadas.

Os metalúrgicos propõem a supressão da conclusão 3.º. Os Empregados do Comércio discordam.

O delegado dos Manufactores de Calçado lembra que os organismos incursos no n.º 5 sejam organismos operários, estando nestas condições anti-proletarianas os Cottadores de Carnes Verdes. Apresenta um documento neste sentido.

Finalmente o n.º 3, 4 e 5 fica apenas com o n.º 3 que passou a ter a seguinte redacção:

"Procurará conseguir a adesão de novos sindicatos, reeducação dos que se encontram desorganizados e organização de novos onde se possa conseguí-lo, implicitamente a adesão à Confederação Geral do Trabalho."

Esta proposta de emenda, apresentada pelos metalúrgicos, foi aprovada, depois da declaração por parte do sindicato metalúrgico que aceita no seu seio engenheiros, mestres, etc., assim como aqueles sindicatos que tiveram saído da organização por questões ideológicas.

O delegado dos Manufactores de Calçado usa ainda da palavra, justificando o seu documento, que fica prejudicado.

E' lido o capítulo "Crise de Trabalho". Os Metalúrgicos, Mobiliários e Manufactores de Calçado não concordam com os fiscais de horário de trabalho, fazendo este último, interessantes considerações sobre as classes que o conseguiram revolucionariamente, reconhecendo, no entanto, que os Empregados no Comércio defendem a fiscalização devido a sua condição psicológica, mas para outras classes não concebe, que um revolucionário se absteir de um polícia para se fazer cumprir a lei do horário.

Neste sentido envia para a mesa uma emenda à conclusão 1.º. O delegado da Construção Civil declara que a classe que representa conquistou o horário com o seu próprio esforço e todavia não acha que seja perda de revolucionarismo reclamar-se o auxílio da polícia para o seu cumprimento, considerando menos revolucionário o que faz a polícia.

O delegado dos Operários do Município entende que nessa Câmara estão muitos sindicatos e que figura o critério de cada sindicato o defender o horário como melhor entender.

O delegado dos Barbeiros está de acordo com a emenda dos metalúrgicos.

Continua até ao dia 20 do corrente, das 13 às 16 e das 20 às 22 horas, a matrícula na Escola Industrial Fonseca Benedito, para os cursos na professores de serraria civil e mecânico, torneiro e condutor de máquinas; modista de vestidos e roupa branca, bordadeira, rendeira, modelista de chapéus, florista e operária de arte aplicada. Os cursos das escolas deste género servem de habilitação à matrícula na Escola de Belas Artes. Na secretaria da escola, na rua de Santos, 112, dão-se todas as informações.

INTERESSES DE CLASSE

Alguns reparos à obra da Delegação da Associação de Classe do Pessoal dos Hospitais Civis em Coimbra

Com interesse e com simpatia, tenho acompanhado a campanha em prol da dignificação da Delegação da Associação de Classe do Pessoal dos Hospitais Civis em Coimbra, que o correspondente de A Batalha nesta cidade vem sustentando nas colunas deste jornal defensor dos interesses dos trabalhadores e oprimidos.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça e de regeneração e de defesa dos interesses dos associados daquela colectividade, que não tem até hoje correspondido aos fins para que foi criada, apresso-me a vir, voluntariamente, trazer o meu subsídio para essa campanha altamente moralizadora, que A Batalha iniciou.

Como reconheço nessa campanha elevados intuições de justiça